

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 536.765 - PR (2019/0294623-1)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**EMBARGANTE : DANIEL HENRIQUE BERTI ZIROLDO**  
**ADVOGADO : MAURÍCIO DE OLIVEIRA CARNEIRO - PR030485**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Daniel Henrique Berti Zirollo**, contra decisão da minha lavra, em que deferi o pedido liminar em seu favor para substituir a prisão preventiva imposta nos Autos n. 2733-04.2019.8.16.0049, por medidas alternativas à prisão, consistentes em a) comparecimento periódico em juízo para informar e justificar suas atividades (art. 319, I, do CPP); b) proibição de acesso ou frequência às dependências de qualquer órgão dos poderes Legislativo e Executivo do Município de Astorga/PR (art. 319, II, do CPP); c) proibição de manter contato com os demais corréus e qualquer pessoa relacionados aos fatos objeto de apuração (art. 319, III, do CPP); d) proibição de ausentar-se da comarca e do país, sem autorização judicial (art. 319, IV, do CPP); e) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga (art. 319, V, do CPP); e f) suspensão do exercício da atividade econômica.

Alega o embargante, em suma, que a Magistrada singular determinou a suspensão do exercício da atividade econômica de modo geral, em cumprimento à liminar deferida por este Superior Tribunal, quando *a atividade econômica do paciente no seu escritório de contabilidade é a principal renda de sua família. Ademais, a proibição de contratar com o Poder Público e de participar de procedimentos licitatórios já é suficiente para evitar a reiteração dos supostos delitos cometidos contra a Administração Pública* (fl. 3.682).

Postula, então, o conhecimento e acolhimento dos presentes embargos para, sanando-se as omissões e obscuridades apontadas, seja *permitido ao paciente exercer sua atividade econômica (escritório de contabilidade) no âmbito privado, ou seja, apenas em relação aos seus clientes que são pessoas físicas e jurídicas privadas, mantendo-se a proibição de contratar com o Poder Público, conforme decisão anteriormente proferida*

# Superior Tribunal de Justiça

pelo juízo de primeiro grau (fl. 3683).

É o relatório.

Os presentes embargos não merecem acolhimento.

Primeiro, porque não há omissão ou obscuridade na decisão embargada, tratando-se apenas de irresignação do embargante com a cautelar imposta.

Depois, porque a decisão embargada foi clara ao afirmar que as medidas alternativas à prisão aplicadas seriam *implementadas e fiscalizadas pelo Magistrado singular, a quem caberá, diante da proximidade dos fatos e da ação penal, decidir sobre eventual pedido de adequação/flexibilização de qualquer delas por parte do acusado* (fl. 3677).

Em face do exposto, **rejeito os embargos** de declaração.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator